



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
9ª Câmara Extraordinária

**Registro: 2014.0000456609**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0021695-27.2010.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que são apelantes JORGE LUIZ DE ALMEIDA, BIANCA CRISTINA DE ALMEIDA e JOYCI CAROLINI ALMEIDA, são apelados NA SPORTS (NÚBIO DE ALMEIDA LIMA PROMOÇÕES) e PAULO EDUARDO DERENNE BORGES.

**ACORDAM**, em 9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ARMANDO TOLEDO (Presidente) e ADILSON DE ARAUJO.

São Paulo, 5 de agosto de 2014.

**ANTONIO RIGOLIN**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
9ª Câmara Extraordinária

APELAÇÃO Nº 0021695-27.2010.8.26.0562

Comarca: SANTOS – 10ª. Vara Cível

**Juiz: José Alonso Beltrame Júnior**

Apelantes: Jorge Luiz de Almeida, Bianca Cristina de Almeida e Joyci Carolini Almeida

Apelados: na Sports (Núbio de Almeida Lima Promoções) e Paulo Eduardo Derenne Borges

**REDISTRIBUIÇÃO RESOLUÇÃO Nº 643/2014**

**RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO POR BICICLETA EM EVENTO ESPORTIVO PROMOVIDO EM VIA PÚBLICA. INSUFICIÊNCIA DOS ELEMENTOS DE PROVA COLHIDOS. PREMATURA REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO RECONHECIDA. HIPÓTESE EM QUE EXISTE CONTROVÉRSIA A RESPEITO DE FATO, A ENSEJAR DILAÇÃO PROBATÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO.** *Uma vez estabelecida a controvérsia a respeito do fato principal e sendo insuficiente a prova produzida para o devido esclarecimento, impunha-se admitir a dilação probatória, máxime porque oportunamente requerida pelos litigantes. Assim, a realização do julgamento acabou por cercear o direito das partes à completa colheita das provas, o que determina o reconhecimento da nulidade da sentença, com a determinação de retorno dos autos ao Juízo de origem, onde haverá de ser completada a instrução.*

**Voto nº 31.512**

Visto.

1. Trata-se de ação de indenização por acidente de trânsito proposta por JORGE LUIZ DE ALMEIDA, BIANCA CRISTINA ALMEIDA e JOYCI CAROLINI ALMEIDA em face de NA

SPORTS (NÚBIO DE ALMEIDA LIMA PROMOÇÕES) e PAULO EDUARDO DERENNE BORGES.

A r. sentença, cujo relatório se adota, julgou improcedente o pedido, condenando os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 3.000,00, com a ressalva da inexigibilidade decorrente da gratuidade judicial, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

Inconformados, apelam os vencidos alegando que a ocorrência do julgamento implicou vício processual por cerceamento de defesa. Enfatizam a necessidade da produção de provas documental e testemunhal, oportunamente requeridas para a apuração dos fatos, assinalando que a oitiva das testemunhas realizada na fase de Inquérito Policial não tem o necessário valor probatório. Pugnam, assim, pela anulação da sentença ou pela procedência dos pedidos.

Recurso tempestivo e bem processado, oportunamente respondido pelos demandados. Há isenção de preparo.

### **É o relatório.**

2. Segundo o relato da petição inicial, no dia 25 de outubro de 2009, Maria Gorete de Oliveira Almeida, cônjuge e mãe dos autores, *passava pela orla da praia* localizada na Avenida Bartolomeu de Gusmão, em Santos/SP, quando, ao atravessar a via foi atropelada pelo ciclista corréu Paulo Eduardo que, naquele momento, participava de uma competição de *Triathlon* produzida,

organizada e realizada pela corré “Na Sports”. Com o choque ambos foram arremessados ao solo, fato que causou à vítima lesões graves que provocaram a sua morte. Daí o pleito de indenização por danos de ordem material e moral que sofreram.

Os demandantes imputaram à corré a responsabilidade pelo evento, em razão da falta de suficiente segurança e organização; e ao ciclista porque, ao ESCOLHER pela prática do esporte inseguro foi IMPRUDENTE, assumindo os riscos decorrentes de seu ato, a eventual impossibilidade de DESVIAR DA VÍTIMA.

A ré “Na Sports”, por sua vez, atribuiu à vítima a culpa exclusiva pelo atropelamento, afirmando que realizou a travessia de forma inadvertida *em meio ao curso da competição esportiva*, fora da faixa de segurança ali existente. Acrescentou que o acidente ocorreu durante a realização da *5ª Etapa da prova de ciclismo do 19º Troféu Brasil de Triathlon*, organizada há dezenove anos naquele mesmo local, em conjunto com a Secretaria Municipal de Esportes de Santos, a Companhia de Engenharia e Tráfego de Santos e a Polícia Militar do Estado de São Paulo, portanto, de forma bem organizada e segura.

O réu Paulo Eduardo, por seu turno, apontou haver litigância de má-fé por parte dos autores, pois alteraram a verdade dos fatos e omitiram outro relevante, tal como, a existência de inquérito policial. Quanto ao mais, afirmou que a vítima atravessou a via pública fora da faixa de segurança, atitude de *imprudência que foi a causa determinante do acidente*.

Seguiu-se a prolação da sentença de improcedência do pedido, que se baseou nos documentos encartados e, principalmente, nos depoimentos das testemunhas colhidos no Inquérito Policial.

A prova do evento ficou restrita à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial (fls. 33/34), dos diversos documentos (fls. 35/205, 234/251), e das principais peças extraídos do Inquérito Policial e da Ação Penal (fls. 266/386 e 387/399).

Entretanto, verifica-se que instadas a especificar provas, pugnaram as partes oportunamente pela produção de outras, documental e testemunhal (fls. 418, 421, 423/424 e 426). E, uma vez colocadas em confronto as versões, logo se percebe que há controvérsia quanto à dinâmica do acidente, cujo esclarecimento é fundamental para a análise da culpa.

A prova documental, embora extensa, não foi suficiente para elucidar de forma adequada a discussão, pois os elementos trazidos não permitem formar segura conclusão.

Além disso, com o devido respeito ao posicionamento adotado pelo Juízo “*a quo*”, é necessário ponderar que os depoimentos colhidos pela autoridade policial não se prestam à formação de convencimento suficientemente firme, pois as testemunhas não foram ouvidas sob o crivo do contraditório e nenhuma prova testemunhal foi produzida em Juízo.

Impõe-se anotar, ainda, que, por se tratar de discussão da responsabilidade civil, o julgamento que aqui se realiza não se vincula necessariamente ao que ocorreu na ação penal.

Qualquer desfecho naquele âmbito não é suficiente para determinar o afastamento ou o reconhecimento da responsabilidade, e isto porque a culpa civil é muito mais ampla do que a penal, não existindo plena coincidência de análise, de modo que se apresenta indispensável o exame da culpa neste processo.

Assim, verifica-se que os elementos probatórios produzidos não foram suficientes para elucidar de forma adequada a discussão, pois não permitem formar segura conclusão.

Ora, o esclarecimento do fato é imprescindível para a análise da lide e o exaurimento não ocorreu, pois, as partes - notadamente os autores -, se viram impossibilitados de produzir provas pertinentes e relevantes para o desfecho da lide, em razão da prematura realização do julgamento.

Diante desse contexto, advém necessariamente o reconhecimento da nulidade processual. Há vício a reconhecer, portanto, pois evidenciada restou a lesão ao direito processual das partes de ver produzida as provas oportunamente requeridas.

Enfim, comporta acolhimento o inconformismo para a finalidade de, anulada a sentença, determinar-se o retorno dos autos ao Juízo de origem, a fim de que seja completada a instrução.

3. Ante o exposto, e nesses termos, dou provimento ao recurso.

**ANTONIO RIGOLIN**  
**Relator**